

MILTON SANTOS

Fatores que retardam o
desenvolvimento da Bahia:
A FALTA DE INDÚSTRIAS

Imprensa Oficial da Bahia

SALVADOR - BAHIA

1 9 5 9

doc 3088

MILTON SANTOS

*Para o Diretor da Bahia
com Milton
Ba. 14.11.1957*

Fatores que retardam o
desenvolvimento da Bahia:
A FALTA DE INDÚSTRIAS

SALVADOR - BAHIA

1 9 5 9

Comunicação apresentada ao Seminário sobre Resistências a Mudanças, promovido pela UNESCO — Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais — Rio de Janeiro, outubro de 1959.

Industrialização e desenvolvimento são sinônimos sobretudo para as economias sub-desenvolvidas. Assim, os fatores que impedem ou dificultam a industrialização podem, com razão, ser considerados entre os que impedem ou dificultam o desenvolvimento. Circunscrivendo nossas observações a uma área dada, o Estado da Bahia, queremos trazer um depoimento objetivo, baseado em fatos, conquanto as conclusões de caráter mais geral a que nos lançaremos possam e devam merecer discussão.

O Estado da Bahia é pobre de indústrias. A produção total, no ano de 1955, não passava dos Cr\$ 3.431.219 mil concentrando-se em Salvador, que produzia mais de 60 por cento do total, com Cr\$ 2.253.044 mil. Dos 956 estabelecimentos estatisticamente considerados como indústrias, 514 estavam na Capital. O município de Santo Amaro, que é o seguinte quanto ao volume dos negócios da produção, seguia-se com 95.222 mil cruzeiros em 1950, devendo, porém, essas cifras à presença de uma indústria agrícola importante, a do açúcar de cana. Sem contar com Feira de Santana, Ilhéus e Itabuna, (sendo que nestas se localiza uma indústria de derivados de cacau), os demais municípios aparecem com produção insignificante. Uma primeira característica da indústria bahiana é a sua fraqueza e uma segunda característica a sua concentração em Salvador.

Não obstante essa concentração, ela é inexpressiva, seja em relação ao Estado como um todo, com seus quase 6 milhões de habitantes, seja em relação à própria cidade

principal, onde vivem mais de 550.000 pessoas. Ainda no ano de 1955, enquanto São Paulo tinha uma produção "per capita" de quase 50 mil cruzeiros, Curitiba tirava os 18.000 e o Rio de Janeiro de cerca de perto de 17.000 cruzeiros, Salvador não passava dos 6.000 cruzeiros médios. Por outro lado, enquanto em São Paulo, havia mais ou menos um operário de fábrica para 5 habitantes, 10 no Rio de Janeiro, no Recife e em Belo Horizonte, 9 em Curitiba e 12 em Porto Alegre, em Salvador havia somente um em cada grupo de 30.

Uma terceira característica ressaltava. Em virtude dessa fraqueza industrial, a margem de emprego é reduzida. Salvador constitui um raro exemplo de grande cidade em que a função industrial ocupa uma parcela assim insignificante da população ativa e da população global. Esse fato deve ser relacionado com o contexto econômico regional, de que a cidade é representativa. Mas é uma das explicações da fragilidade do próprio organismo urbano, incapaz assim de dar emprego aos milhares de indivíduos que o procuram, tangidos do campo.

Em 1955, segundo dados recolhidos pela Inspetoria Regional de Estatística do I.B.G.E., dos 514 estabelecimentos estatisticamente considerados industriais de Salvador 414 tinham mais de 5 operários e os restantes 100 menos de 5. As indústrias alimentares reuniam o maior número de estabelecimentos, mas 71% eram padarias, a maior parte das quais de pequeno porte, espalhadas pelos vários bairros da cidade. Eram, também, as que tinham maior valor de produção, devido aos sub-produtos do cacau, com quase metade do total e à moagem de trigo, com cerca de 25%. As indústrias têxteis vinham em segundo lugar, quanto ao valor da produção, mas os seus 7 estabelecimentos empregavam a maior população operária, cerca de 30% dos totais da cidade. Tais cifras devem estar, hoje, muito reduzidas porque algumas dessas fábricas cerraram suas portas enquanto as duas que surgiram recentemente dispõem de utensilagem moderna, que dispensa grande número de braços

Mas, a fraqueza industrial de Salvador pode ser demonstrada pelos reduzidos efetivos da grande maioria dos seus estabelecimentos. Apenas 3,5% do número total contava com mais de 100 operários, enquanto a maioria esmagadora, cerca de 81,5%, tinha menos de 20. Com mais de 200 operários, havia somente a fábrica de cimento, um cortume, uma fábrica-escola de móveis e indústrias têxteis. Entre 100 e 200, uma fábrica de fios de algodão os dois moinhos, uma fábrica de derivados de cacau e uma de refrigerantes.

Entre 1940 e 1950, o número de estabelecimentos industriais cresceu de 162%, por conseguinte quase triplicou, mas, analisando os números absolutos, verifica-se que esse alto incremento percentual se deve à pequeníssima quantidade, anteriormente verificada. O maior incremento se deveu às indústrias de minerais não metálicas (materiais de construção, sobretudo, que aumentou de 468% e de madeira, cujo crescimento foi de 231%. É possível relacionar esses índices com o da evolução positiva da própria indústria da construção civil, com 377% de aumento. Outras que, naquele decênio, registraram aumentos foram as de couros e peles, (172%), de produtos alimentares (164%) e de bebidas (128%).

A um crescimento global acentuado do número de estabelecimentos, correspondeu um aumento relativamente diminuto do emprego, que cresceu somente 38%. Esse, aliás, foi um fenômeno observado no Nordeste e em todo Brasil, mas não da maneira acentuada como foi visto na Bahia. Tais índices significam que o porte médio dos estabelecimentos diminuiu.

As indústrias de produtos alimentares, de longe as mais importantes em 1940, continuaram com essa posição em 1950. Nestas, estatisticamente considerados, incluem-se as indústrias do cacau, os moinhos, fábricas de bebidas, de doces, padarias, etc. Houve, naquele período, uma queda do tamanho médio, baixando de 11 para 7 pessoas, o que

deve corresponder à implantação de padarias em pequenas aglomerações, onde condições se criaram para a instalação.

As indústrias têxteis, que guardavam o segundo lugar quanto à importância, tiveram reduzido de 75 para 45 o número de estabelecimentos, uma diminuição de 40%. Todavia, o emprego cresceu, aumentando, também, o tamanho médio de 83 para 141 pessoas. Era o fenômeno da concentração, com a supressão das fábricas de pequeno porte. De 1950 para cá, entretanto, as velhas fábricas bahianas de tecidos não puderam continuar sofrendo a concorrência das indústrias sulistas e inúmeras delas tiveram de cerrar suas portas. Por outro lado, outras fábricas vieram se instalar.

A indústria do petróleo é, de longe, a mais importante das recém-vindas. A Refinaria de Matarine, abastece os Estados da Bahia e de Sergipe, ampliando agora a sua capacidade de refino, ao tempo em que pretende diversificar a produção, fabricando inclusive óleos lubrificantes.

Além dessas fábricas, instalaram-se outras, como um novo Moinho, cuja produção de farinha de trigo é bem maior que a do antigo, uma fábrica de Adubos, situada em Cruz das Almas, indústrias de biscoitos e bolachas finas, fábricas de doces, indústrias de vestuários, de móveis, de bebidas e refrigerantes, de produtos de sisal, em Alagoinhas. Criou-se, também, uma fábrica de linho em Salvador. O frigorífico São Francisco já está instalado, bem como uma fábrica de palitos, e outra de acumuladores, no município de Santo Amaro.

Como se vê, exceto a de produtos de petróleo, a de cimento e a de adubos, as demais fábricas são especificamente urbanas, surgidas em função das necessidades próprias da população, que cresce numericamente, e cujo nível de vida se eleva; ou se destinam à preparação industrial

de artesanal de produtos que serão reenviados para o exterior ou para outros Estados.

A indústria petrolífera faz investimentos, em estradas de rodagem na região do seu interesse e realiza compras no comércio local. As compras, em 1959, foram de cerca 750 mil cruzeiros por dia útil em Salvador. As empreitadas somaram Cr\$ 377 milhões no mesmo ano e os salários Cr\$ 290 milhões. Para 1959 as aplicações previstas somam a Cr\$ 3 bilhões. Mas não se pode dizer que a indústria do petróleo tenha tido um papel regional. Ainda não desenvolveu indústrias complementares, por cujo intermédio a economia do Estado pudesse ser ajudada. Da criação de alguns milhares de pessoas, mas seus efeitos sobre o desenvolvimento do Estado têm sido reduzidos.

A fábrica de cimento tem contribuído para o desenvolvimento da construção civil, mas reforça as possibilidades da especulação imobiliária. A de adubos, situada na zona de fumo, região que já tinha uma tradição no uso de adubos orgânicos, tem expandido suas vendas naquela área, ampliando-as à zona cacauceira, embora com dificuldade. As demais áreas do Estado continuam fazendo agricultura sem recuperação.

Afora as indústrias urbanas, transformando produtos agrícolas regionais ou importados para o consumo, as demais podem se incluir na categoria de "indústrias coloniais", preparando para vender ao estrangeiro produtos do Estado: a de manteiga do cacau, a de óleo de mamona, a de couros e peles, a do fumo, etc. Mesmo entre estas, excetuada a preparação para a exportação de couros e peles, a do fumo em folha e de charutos que vêm de mais longa data, as demais são recentes, a partir da do cacau, que data de 33 anos até chegar à mais nova, a da extração do óleo de mamona. Esta conta com apenas 3 anos e estimula novas plantações no interior, tendo em conta sua capacidade de refino bem maior que a atual produção estadual.

Os progressos da indústria da construção civil, um dos aspectos tangíveis da especulação bem representativa da vida urbana — levaram à diversificação da atividade industrial, reforçando, por outro lado, outros setores. Cresceu o número de serrarias, cerâmicas e olarias, ao tempo em que se instalaram fábricas de estruturas metálicas. Uma fábrica de cimento começou a funcionar há uns cinco anos; sua produção, que a princípio tinha de ser exportada para outros Estados vizinhos, agora é quase completamente absorvida pelo mercado bahiano, onde, aliás já se mostram sinais de crise, devida ao incremento do consumo. Para fabricar materiais de construção à base de cimento, como ladrilhos, blocos, tanques, tubulações, telhas, tijolos, etc., surgiram, em consequência, novos estabelecimentos. Enfim, o efeito multiplicador da indústria da construção civil fez-se mostrar, mais uma vez, agora com a vantagem de haver propiciado a instalação de uma indústria de base.

Levando-se em conta a expressão demográfica da cidade e do "arrière-pays" a que serve, Salvador é servida por um parque fabril sensivelmente mais fraco que o de outras aglomerações importantes do país.

Esse fato é cheio de consequências para a Capital e para o Estado. Em primeiro lugar, já foi apontado o sub-emprego, fato comum a Salvador e ao interior, o qual favorece as correntes do êxodo, para o sul do Brasil. Por outro lado, restando uma metrópole sobretudo comercial, Salvador, mesmo dentro do território que lhe está administrativamente sujeito, ficou sem condições de competir com os centros industriais do sul, e mesmo Pernambuco. O resultado é que, desse modo, encolhe a sua influência, reduzindo do ponto de vista comercial, o seu raio de ação. Perde substância, dentro do território bahiano. A ausência de desenvolvimento industrial, que contribuiria para a elevação global dos níveis de vida, tem efeitos negativos sobre o desenvolvimento agrícola. O poder aquisitivo das cidades, fator de provocação da atividade agrícola e elemento que permite introduzir melhorias técnicas é sensivelmente reduzido. Daí a força de transformação do meio rural, de

que é dotada Salvador, ser pequena, salvo quanto a algumas culturas industriais de que a Capital é simples exortório e cujos resultados não vão beneficiar propriamente a coletividade, mas a algumas pessoas ou grupos.

Devemos ainda acrescentar que a falta de fábricas força o Estado da Bahia a adquirir fora os diversos produtos manufaturados de que necessita a sua população. É um meio de exportar as poupanças, que se ficassem dentro do Estado poderiam ser reatizadas em outras atividades.

As importações feitas pela Bahia demonstram as características estruturais da sua economia. Essas compras, segundo mostra Augusto Silva Silvany no seu trabalho sobre "Comércio e Desenvolvimento Econômico da Bahia", crescem mais rapidamente em valor que no volume físico, o que quer dizer que o Estado paga cada vez mais por quantidades iguais de bens importados.

Todayia, esse esforço maior exigido dos cidadãos não representa uma tendência que provoque otimismo. Essa evolução não é devida a uma maior aquisição de bens de capital, mas de consumo. Estes vão em progressão crescente, sendo 47% em 1953, 48% em 1954 e 57% em 1955, sobre o total das importações. Enquanto isso, os bens de capital tinham sua percentagem diminuída de 31 para 24 por cento, entre 1953 e 1955. Nesses 24 por cento incluem-se os automóveis, inclusive os que vieram para serviços públicos. As matérias primas entraram nesse total com apenas 5%, excetuados os derivados de petróleo.

Nos 57% da importação dos bens de consumo em 1955 apenas se contam 29% de produtos manufaturados, ficando os 3% restantes para os gêneros alimentícios. Por aí se faz uma ideia das condições em que se esvai a poupança bahiana e, por outro lado, se desestimula a produção regional de gêneros de boca.

Mas, enquanto a Bahia se apresenta com "deficit na balança do seu comércio com outros Estados da União, ostenta um grande saldo nas trocas com o estrangeiro. Esse contraste realça os aspectos subdesenvolvidos de sua economia. Em 1955, a Bahia tinha um saldo negativo no valor de quase 3 bilhões de cruzeiros, nas suas trocas com as outras unidades da Federação, pois, exportando perto de 2 bilhões e 600 milhões, comprava perto de 5 bilhões e 600 milhões. No mesmo ano, invertiam-se os termos, quanto ao comércio com o estrangeiro, pois para uma exportação de quase 5 bilhões e meio, as importações não atingem 1 bilhão, o que dá um saldo negativo do valor de quatro e meio bilhões.

Esses números significam que o saldo que o comércio exterior bahiano acumula em moedas fortes vai servir ao desenvolvimento fabril de outros Estados, dos quais, depois, adquire produtos manufaturados.

SILVANY aponta como causas desse paradoxo aparente: 1) o fracasso das indústrias bahianas; 2) o desenvolvimento das indústrias competitivas, no sul e em Pernambuco; o sistema cambial que, a partir de 1953, tornou-se limitativo e impeditivo das importações estrangeiras de bens de consumo, conduzindo a Bahia a se tornar, cada vez mais, importadora dos mercados nacionais.

Sem entrar na discussão de outros aspectos da questão os fatos conduzem a uma indagação necessária, à qual tentaremos, agora, dar resposta: — por que, então, a Bahia não se industrializa?

Examinando mais de perto aquelas três causas apontadas por SILVANY somos tentados a descobrir entre elas uma hierarquia. Parece que a competição das indústrias de outros Estados, sobretudo as do sul do país, atua como fator determinante dos outros, conquanto não se possam desprezar os fatores locais. Entre estes, para explicar o

fracasso de certas indústrias bahianas, cujo exemplo mais frisante são as indústrias têxteis, uma velha utensilagem não remodelada ajudou a competição das fábricas sulistas. Melhores condições de desenvolvimento manufatureiro, provocando, depois, melhores condições de operação, permitiram o oferecimento de preços competitivos. O fortalecimento da indústria paulista e carioca e suas implicações políticas e econômicas levaram a uma solução cambial que sendo nominalmente do interesse nacional, beneficiava, de fato, as situações já existentes. A existência de economias externas, nesses grandes centros, fortaleceu o seu parque fabril, diversificando-o. Todo esse mecanismo entrelaçado terminou por ir afastando, sempre e sempre, a Bahia, da possibilidade de se impôr como província industrial.

O sistema nacional de crédito bancário não pode deixar de ser referido, como elemento negativo. Os empréstimos para a implantação de indústrias ou para o seu financiamento ocupam percentagem mínima das operações do Banco do Brasil e os bancos particulares estão praticamente impossibilitados de fazê-los. Quanto aos últimos, é sabido que as operações desse tipo se reduzem a um círculo de interesses restritos, que se confunde com as próprias pessoas que dirigem os estabelecimentos de crédito. A maior concentração dos capitais no sul do país, junto à procura do risco menor, normal na atividade bancária, conduz ao reforço da indústria, naqueles Estados.

São, ainda, tais possibilidades de melhor aplicação do capital, sob também melhores condições de risco, que trazem à Bahia um outro elemento de fraqueza de sua economia: a fuga dos capitais. Quando são se trata de investimento direto de capitalistas, os bancos se incumbem de possibilitá-lo, fazendo o papel de verdadeiro dreno das poupanças bahianas, que encaminham para atividades mais lucrativas no Sul.

Vê-se, por aí, que a falta de indústrias na Bahia não resulta da falta de capitais, como, por muito tempo, foi

apregoado. Há causas mais profundas. Além das causas externas ao Estado, das quais fizemos um rápido inventário, há outras que são estruturais.

O baixo poder aquisitivo da população e a sua dispersão, agravada pela precariedade dos transportes, são fatores negativos, quanto ao desenvolvimento e, em particular, quanto ao desenvolvimento industrial.

A renda "per-capita" da Bahia não chega à metade da do Brasil, tomado como um todo, enquanto em São Paulo a renda individual média é o dobro da do país. Em 1954, cada bahiano tinha uma renda média de 4.000 cruzeiros, cada brasileiro perto de 8.150 e cada paulista 15.700. Enquanto a renda nacional cresceu de 51,3%, entre 1947 e 1954, a renda bahiana só aumentou de 48,7%, o que implica em redução relativa dos padrões de vida. Tomando por base aquele ano, o índice bahiano era, em 1954 de 292 enquanto o brasileiro era de 311 e o paulista de 337.

Tais números ganham mais relevo sabendo-se que Salvador com menos de 10% da população apresenta-se com 25% da renda do Estado. A renda "per-capita" das áreas rurais varia entre 22 e 28 por cento da de Salvador.

Nessas condições, a agricultura de subsistência não tem condições de melhorar, em vista da incapacidade de poupança, devida aos seus pequenos rendimentos. Segundo mostra Armando Mendes no prefácio ao livro de PEDRAO, sobre "Rendas e Níveis de Vida na Bahia" a taxa de formação de capital líquido na Bahia é muito baixa, sendo de menos de 10%, sendo que o capital monetário para investimentos agrários é tirado principalmente dos trabalhos urbanos, dos profissionais e homens de negócio vivendo em Salvador. Estes não podem ter interesse em investir nas culturas alimentares, dado que outras aplicações oferecem maior rentabilidade, mesmo as culturas comerciais, sem falar na especulação imobiliária ou no comércio.

A própria agricultura comercial, que contribui para a elevação da renda agrícola, leva a esse resultado mais pelo aumento dos preços internacionais dos produtos (cacau, fumo, mamona, sisal, etc.) que por aumento da produtividade.

A dispersão da população é outro fator negativo. Exceto o Recôncavo, onde a densidade demográfica é maior, (87 hab/Km²) as demais regiões não apresentam índices superiores a 22 habitantes por quilômetro quadrado (1950). A rede dos transportes vai se enfraquecendo a partir de Salvador e do Recôncavo, sem contar com o caso especial da zona cacauceira, mas aí se trata de estradas de escoamento, sobretudo. A falta de transporte agrava o isolamento. Este é responsável por um valor real ainda menor dos produtos. nas fontes de produção, o que representa poupança ainda menor do lavrador. As cidades são pouco numerosas. As que existiam com mais de 10.000 habitantes em 1950 estavam praticamente concentradas no Recôncavo e no sul do Estado, exceto Jequié, Conquista e Juazeiro e Bonfim. Na metade ocidental do território apenas duas cidades contavam com mais de 5 mil habitantes em 1950, Barra e Barreiras. Dêsse modo, o mercado industrial é fraco, o que se agrava pelas supracitadas dificuldades de transporte que, depreciando os produtos agrícolas, encarecem os produtos industriais. Esse raciocínio é também válido para as indústrias do sul, mas estas já contam com a vantagem da precedência.

Nessas condições, externas e internas, a economia bahiana aparece como muito digna da adjetivação que os seus dirigentes se outorgam: ela é conservadora. Tais fatores parecem conspirar para que os interesses investidos no Estado prefiram manter as situações existentes em lugar de desejar uma mudança. As atividades tradicionais fornecem uma base de lucro aparentemente satisfatória e são favorecidas, dentre outros fatores, pelo modo vigente de crédito bancário. Os bancos emprestam sobretudo sob modalidades comerciais. Essa fórmula, apesar dos juros altos, serve à agricultura comercial, não só porque ela

pode arcar com o peso desses juros altos, como porque o sistema comercial facilita a recuperação do dinheiro emprestado. Tanto o cacau, como o fumo, o sisal, a mamona suportam um rolamento de apenas 4 meses, tanto mais que os empréstimos, via de regra, vão sobretudo às casas exportadoras, não ao lavrador diretamente. Exceto o caso do cacau, onde uma certa percentagem de agricultores tem a oportunidade de negociar diretamente com os bancos, a hipótese é mais rara com as demais culturas. A certeza da operação, os juros mais altos porque comerciais, a recuperação do dinheiro emprestado em 4 meses desestimulam a sua aplicação para incremento às indústrias. O fato de que os principais bancos bahianos estejam em mãos das mesmas pessoas que têm interesses investidos nas culturas comerciais e no seu comércio exterior ou nacional, é bem ilustrativo. Afóra essa atividade, os bancos parecem preferir o financiamento, velado ou ostensivo, de outras atividades ainda mais nitidamente especulativas, como a especulação imobiliária. Esta oferece uma margem de lucros muito grande e um reembolso também rápido do capital empregado. A interferência bancária nesse caso atua como elemento contrário à concentração, que nesse ramo industrial é frequente em outros países. A multiplicação das pequenas e médias empresas de construção responde ao interesse do controle dos bancos que, por outro lado, não desejam assumir riscos diretamente. Em 1955, apenas 2 empresas de construção civil empregaram mais de 200 pessoas e 3 tinham entre 100 e 200 operários, para um total de 30 organizações operando em Salvador.

Dêsse modo, as indústrias financiadas pelo sistema bancário local são, sobretudo, aquelas que se destinam a preparar para a exportação os produtos de exportação e aquelas ligadas à construção civil. São, principalmente, ajudadas as "indústrias coloniais" e as que se destinam a reforçar outros aspectos da atividade especulativa, tão característica da economia bahiana e de Salvador, desde os primeiros tempos.

Uma espécie de **coalescência** entre as atividades superiores da vida econômica regional (o banco, o comércio

de exportação, o comércio grossista) parece atuar de modo conservador, desestimulando mudanças.

A tendência mais recente da indústria bahiana, levando a um aumento da capacidade de transformação dos produtos exportáveis atende aquela característica da economia do Estado. Mesmo assim é contrariada, em certos casos, pelos interesses do comércio de exportação. As casas exportadoras de cacau, por exemplo, a fim de preservarem antigos privilégios, sustentam uma luta em duas frentes, contra as cooperativas de exportação e contra as indústrias de transformação do cacau.

Em contrapartida, há o caso da utilização local da matéria prima de exportação como a fábrica de papel à base de sisal, recentemente instalada.

Criam-se, também, indústrias de equipamentos, mas sobretudo com capitais de fora, como a de cimento, sem falar na indústria petrolífera, e na COELBA (Companhia Bahiana de Eletricidade), que são estatutárias.

É indispensável concluir que a vontade de desenvolvimento de um Estado como a Bahia é frejada por fatores externos, mas também por fatores internos, dentre os quais uma economia tipicamente conservadora, voltada sobretudo para atividades especulativas que lhe atribuem uma margem de lucros considerada satisfatória.

B I B L I O G R A F I A

- AZEVEDO, Thales — Problemas Sociais da Exploração do Petróleo na Bahia, Salvador, Imprensa Oficial, 1959.
- BRITTO Deraldo Jacobina — Estrutura e Desenvolvimento da Indústria de Transformação na Bahia, Instituto de Economia e Finanças, Universidade da Bahia, 1957 (edição preliminar).
- CARVALHO, Ana — O crescimento recente da Cidade do Salvador. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. X, Tomo I, 1956-57 — São Paulo, 1958.
- PEDRÃO, Fernando Cardoso — Renda e Níveis de Vida na Bahia, 1947 — 1954, Instituto de Economia, Universidade da Bahia, 1956. Edição preliminar.
- SANTOS, Milton — O Centro da Cidade do Salvador, estudo de geografia urbana, Salvador, Universidade da Bahia, 1959.
- SANTOS, Milton — O Papel Metropolitano da Cidade do Salvador. Revista Brasileira de Municípios, ns. 31-32.
- SANTOS, Milton — Localização Industrial em Salvador -- Salvador, Comissão de Planejamento Económico, 1958 e Revista Brasileira dos Municípios, ano XX, n.º 3.
- SILVANY, Augusto José da Silva — Comércio e Desenvolvimento Económico da Bahia — Instituto de Economia e Finanças, Universidade da Bahia, 1957 (edição preliminar).